

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO

CONTRATAÇÃO INTEGRADA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO BAIRRO MARILÂNDIA

Informações da unidade requisitante	
UG Requisitante: Secretaria de Educação	Sector Requisitante: SE/GAB
Responsável pela demanda: Ana Livia de Souza Coimbra	
Cargo: Secretária de Educação	

JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DO ETP SIMPLIFICADO
<p>A justificativa para a utilização do estudo técnico preliminar simplificado, conforme o artigo 18, parágrafo 2º, da Lei 14.133/2021, pode ser fundamentada em diversos aspectos, especialmente em situações onde o objeto da contratação foi definido e aprovado pelo órgão de fomento.</p> <p>Em agosto de 2023, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), com o propósito de promover o desenvolvimento econômico, social e estrutural dos municípios brasileiros. Trata-se de uma iniciativa estratégica voltada à redução das desigualdades regionais, à geração de empregos e à melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos, tanto em áreas urbanas quanto rurais.</p> <p>O Município de Juiz de Fora manifestou expressivo interesse no Novo PAC e apresentou propostas nas áreas de Infraestrutura Urbana, Saneamento, Educação, Saúde e Esporte, sendo contemplado com diversos termos de compromisso firmados com o Governo Federal para a execução das metas aprovadas.</p> <p>No caso em questão, o Município foi selecionado para receber recursos federais destinados à construção de uma Escola em Tempo Integral no bairro Marilândia, conforme diretrizes do programa e ajuste formalizado entre o Ministério da Educação e a Prefeitura de Juiz de Fora.</p> <p>Considerando que o anteprojeto foi elaborado em conformidade com as diretrizes técnicas estabelecidas pelo Governo Federal e já se encontra aprovado pela Caixa Econômica Federal — instituição mandatária da União —, não se justifica a realização de nova análise de soluções para a obra em questão, uma vez que a solução técnica está previamente definida.</p> <p>Ademais, a não execução da proposta aprovada nos termos do ajuste firmado poderá configurar desvio de finalidade, contrariando o objeto do repasse pactuado.</p> <p>Diante desse contexto, opta-se pela adoção do ETP simplificado, conforme previsto na legislação vigente, contemplando os elementos obrigatórios dispostos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, incluindo as informações pertinentes ao licenciamento ambiental e à licitação.</p>

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A

SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A contratação para a construção de uma Escola em Tempo Integral no bairro Marilândia atende a uma necessidade premente de ampliação e qualificação da rede municipal de ensino, especialmente em uma região com demanda crescente por vagas escolares e vulnerabilidades sociais significativas.

A oferta de ensino em tempo integral tem como finalidade promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, contemplando não apenas os aspectos cognitivos, mas também os físicos, emocionais, sociais e culturais. Essa abordagem amplia as oportunidades de aprendizagem e convivência, fortalece vínculos com a comunidade e contribui para a formação de cidadãos mais preparados para os desafios contemporâneos.

Sob a ótica do interesse público, a construção da escola representa um investimento estruturante na educação e na inclusão social, ampliando o acesso a um direito fundamental previsto na Constituição Federal. Além disso, atua diretamente na mitigação de desigualdades educacionais, oferecendo aos estudantes do bairro Marilândia um ambiente adequado, seguro e propício ao aprendizado em jornada ampliada.

A ausência de tal equipamento comprometeria a universalização do ensino integral na rede pública e manteria a população local em situação de desvantagem frente a outros territórios já contemplados com estruturas educacionais adequadas. Assim, a contratação se justifica como essencial para garantir equidade, qualidade educacional e desenvolvimento humano no município de Juiz de Fora.

Considerando o regime de contratação integrada pretendido pelo município e já aprovado pela Caixa, espera-se que a empresa contratada possa trazer uma série de soluções inovadoras que vão além da simples execução da obra. Entre as principais inovações possíveis, destacam-se:

1. Projeto arquitetônico sustentável: uso de iluminação e ventilação naturais, painéis solares, reaproveitamento de água da chuva, e materiais ecológicos que reduzem custos operacionais no longo prazo.
2. Tecnologias construtivas modernas: aplicação de métodos como construção modular ou pré-fabricada, que reduzem o tempo de execução, geram menos resíduos e garantem mais precisão.
3. Integração de tecnologia educacional: a escola pode ser pensada desde o início com infraestrutura adequada para salas multimídia, internet de alta velocidade e ambientes digitais de aprendizagem.
4. Design centrado no aluno: espaços que favorecem a aprendizagem colaborativa, salas adaptáveis, bibliotecas abertas e áreas de convivência que estimulam a criatividade e o bem-estar.
5. Gestão digital da obra: uso de ferramentas como BIM (Building Information Modeling), que permitem simular todas as etapas da construção, reduzir erros de projeto, controlar custos e acompanhar o cronograma com mais precisão.

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM POTENCIALMENTE CONTRATADAS

O Projeto Escola Tempo Integral - Marilândia, possui área construída de 1.158,83 m² e área de ocupação de 1.653,89 m² sobre um terreno de 1.952,00 m². Esta tipologia foi idealizada para atender ao Ensino Fundamental I composto pelos segmentos do 1º ao 5º ano.

Esta escola possui capacidade de atendimento de até 350 alunos, em dois turnos (matutino e vespertino), ou 175 alunos em período integral. O número de alunos sugerido por turma considera parâmetros pedagógicos, de conforto ambiental e distanciamento, de modo a garantir um ambiente

saudável. As cinco salas de aula apresentam as mesmas dimensões, com capacidade de atendimento para 35 alunos. No entanto, quando atenderem aos anos iniciais, 1º e 2º anos, por se tratar de alunos menores, sugerimos que a capacidade máxima não exceda 25 alunos por turma.

O partido arquitetônico adotado baseia-se nas necessidades de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Foram considerados os aspectos ambientais, geográficos, climáticos e relacionados às densidades demográficas, aos recursos socioeconômicos e aos contextos culturais da região, de modo a propiciar espaços inclusivos, aliando as características dos ambientes internos e externos (volumetria, formas, materiais, cores, texturas) com as práticas pedagógicas, culturais e sociais.

O Projeto deve apresentar opções e alternativas para efetuar-las, dentre elas, opção de instalações elétricas em 127V e 220V e elementos construtivos com vistas ao conforto térmico e acústico.

Com a finalidade de atender ao usuário principal, no caso, os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, o projeto deve manter a adoção os seguintes critérios:

- Facilidade de acesso entre os blocos;
- Bicicletários no interior do terreno para incentivar o transporte não motorizado;
- Adoção de recursos de sustentabilidade, tais como: captação e reuso de água da chuva, torneiras automáticas de pressão, válvulas de descarga com duplo acionamento, fachadas verdes com jardim vertical, pisos permeáveis e previsão de placas de energia fotovoltaica;
- Segurança física dos alunos com restrição de acesso de pessoas não autorizadas a áreas como: cozinha, lavanderia, castelo d'água, central de gás, luz e telefonia;
- Circulação entre os blocos em consonância com os critérios de acessibilidade estabelecidos pela ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Atendimento aos princípios do desenho universal, considerando o uso e ocupação por todos os usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, proporcionando uma melhor ergonomia para todos, prevendo uso equitativo, flexível, simples e intuitivo
- Organização dos blocos pedagógicos por faixa etária, com a localização das salas dos 1º e 2º anos mais próximas ao bloco administrativo;
- Salas de aula com ventilação cruzada, iluminação natural e área externa contígua para atividades ao ar livre;
- Salas de aula com bancadas com ponto de água para atividades pedagógicas artísticas e de ciências, como apoio à investigação de fenômenos e processos da natureza;
- Considerando a necessidade de qualificar o ambiente interno da quadra poliesportiva quanto ao desempenho acústico, recomenda-se o fechamento das paredes externas com painéis termoacústicos do tipo Isofachada.
- Ambientes com possibilidade de integração e convívio entre os alunos de diferentes faixas etárias como: pátio coberto, refeitório, quadra poliesportiva, playground e áreas externas;
- Interação visual por meio de elementos de transparência como instalação de visores nas portas e elementos vazados.

Tais critérios destinam-se a assegurar o conforto, saúde e segurança dos usuários na edificação, e independem das técnicas construtivas e materiais aplicados.

(Extraído do Memorial Descritivo do anteprojeto, aprovado pela Caixa)

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para esta contratação será de **R\$ 8.719.803,87 (oito milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentos e três reais, e oitenta e sete centavos)**, conforme planilha de orçamento paramétrico aprovada, que será anexada ao edital.

VIII – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando tratar-se de contratação integrada, em que a mesma empresa será responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo, bem como pela execução da obra, não se aplica o parcelamento, em razão da necessária unicidade e responsabilidade integral do contratado sobre todas as etapas do empreendimento, tanto pelos riscos do projeto quanto pela obra.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Acerca do tema, tem-se o seguinte trecho extraído da Declaração de NÃO passível de Licenciamento Ambiental Nº 06/2025, nos seguintes termos:

“O Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA, por intermédio do Órgão Central do SISMA, nos termos do art. 4º, inciso VIII, da Lei 9680 de 20 de dezembro de 1999, em atendimento ao FCE anexado ao Processo Licenciamento Ambiental nº 5593/2022, declara que PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338.178/0001-02 não é passível de licenciamento ambiental para a atividade “Escola de Educação em Tempo Integral Marilândia a ser implantada em um terreno localizado entre as ruas Accácio Alves Alvim (principal), Rua das Acácias e Rua das Marcassitas (vias laterais)” no imóvel situado entre as ruas Accácio Alves Alvim (principal), Rua das Acácias e Rua das Marcassitas (vias laterais), Marilândia, município de Juiz de Fora, MG, por não possuir enquadramento na DN COPAM 217/2017.” (GRIFO PRÓPRIO)

Por assim ser, com fulcro nesta Declaração supramencionada, resta demonstrada a desnecessidade do Licenciamento Ambiental para o objeto em tela.

LICITAÇÃO

Após análise preliminar quanto à escolha da modalidade de licitação, com base nos artigos 29 a 32 da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a única modalidade compatível com o objeto a ser contratado é a Concorrência Eletrônica. As demais modalidades previstas na legislação não são aplicáveis à execução de projetos e obra de engenharia nas condições específicas da contratação integrada prevista neste caso.

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. 5.4.4.” (GRIFO PRÓPRIO)

Quanto ao regime de contratação, a adoção da contratação integrada para a construção da Escola em Tempo Integral no bairro Marilândia encontra amparo legal no art. 46 da Lei nº 14.133/2021, que permite esse regime de execução contratual nos casos em que a Administração Pública deseje contratar, de forma conjunta, a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, bem como a execução da obra, proporcionando, assim, ganhos relevantes de eficiência e economia de recursos públicos, como:

- Redução de aditivos contratuais: como o projeto é elaborado pela mesma empresa que executará a obra, há menor chance de incompatibilidades entre projeto e execução, o que evita alterações posteriores.

- Mais controle de cronograma: a centralização da responsabilidade em um único contratado permite que os prazos sejam mais realistas e respeitados, já que não há a necessidade de ajustes entre diferentes fornecedores.

- Menor risco para a Administração: o ente público se resguarda de problemas técnicos de projeto ou execução, pois a responsabilidade é integral da contratada, inclusive pelos resultados finais.

- Maior inovação e qualidade técnica: com liberdade para propor soluções técnicas durante a fase de projeto, a empresa pode empregar sua expertise para otimizar custos, prazo e desempenho da obra.

Ademais, conforme o §2º do referido artigo, a adoção do regime de contratação integrada está justificada pela viabilidade técnica do anteprojeto aprovado pela Caixa, que permite à Administração definir claramente o objeto, sem prejuízo de que o contratado apresente soluções mais eficientes e econômicas, respeitando as diretrizes estabelecidas.

Portanto, a **contratação integrada** se mostra a forma mais adequada para garantir a execução célere, segura e eficiente da obra, assegurando o cumprimento das metas pactuadas com o Governo Federal no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - empreitada integral;

IV - contratação por tarefa;

*V - **contratação integrada**;*

VI - contratação semi-integrada;

VII - fornecimento e prestação de serviço associado.” (GRIFO PRÓPRIO)

Tendo em vista a modalidade de Concorrência Eletrônica, bem como o caráter do objeto licitado, será adotado o critério de julgamento como **maior desconto**, adotando como base os artigos 33 e 34 da Lei Federal:

“Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

*II - **maior desconto**;*

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.” (GRIFO PRÓPRIO)

*“Art. 34. O julgamento por menor preço ou **maior desconto** e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.” (GRIFO PRÓPRIO)*

Ao fim, haja vista a adoção da Concorrência Eletrônica, bem como o caráter de maior desconto, será adotado o modo de **disputa aberto**, a fim de viabilizar a possibilidade de disputa entre as sociedades empresárias, tendo como sustentáculo o art. 56 da Lei Federal retro:

“Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

*I - **aberto**, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;*

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

*§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.”
(GRIFO PRÓPRIO)*

XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Após análise das informações constantes nos autos, conclui-se que a contratação integrada mostra-se plenamente adequada para atender à necessidade de construção de uma Escola em Tempo Integral no bairro Marilândia, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A adoção do regime de contratação integrada, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, é justificada pela necessidade de otimização dos prazos e pela conveniência de concentrar em um único contratado a responsabilidade técnica pelas etapas de elaboração dos projetos básico e executivo, bem como pela execução da obra. Essa forma de contratação permite a apresentação de soluções mais eficientes e inovadoras por parte do contratado, respeitando as diretrizes do anteprojeto previamente aprovado pela Caixa, agente mandatário da União.

No que se refere à viabilidade da proposta, destaca-se que o anteprojeto elaborado pelo Município foi validado tecnicamente pela Caixa, atestando sua conformidade com as diretrizes do programa federal e demonstrando viabilidade técnica, operacional e de implantação da unidade escolar pretendida.

Sob o aspecto financeiro, a contratação conta com recursos previamente assegurados por meio de termo de compromisso firmado com o Governo Federal, o que garante a disponibilidade orçamentária necessária para sua execução. A centralização das etapas em um único contrato tende a reduzir aditivos contratuais, retrabalhos e atrasos, promovendo maior economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Com a adoção do regime de contratação integrada, conforme previsto no art. 46 da Lei nº 14.133/2021, mostra-se plenamente justificada e viável para este objeto. A aprovação do anteprojeto e da modalidade de contratação pela Caixa, na qualidade de agente mandatário da União, reforça a adequação técnica e legal da escolha.

Ao concentrar em um único contratado a responsabilidade pela elaboração dos projetos básico e executivo e pela execução da obra, esse regime contribui para a racionalização dos prazos, a redução de aditivos contratuais, o maior controle do cronograma e a mitigação de riscos para a Administração Pública. Além disso, permite a proposição de soluções mais eficientes e inovadoras, respeitando as diretrizes estabelecidas no anteprojeto aprovado.

Portanto, diante das vantagens operacionais, técnicas e econômicas apresentadas, conclui-se pela viabilidade e conveniência da contratação pretendida para a execução do empreendimento em questão.

Profissional responsável pelas informações do ETP

Responsável pela elaboração e consolidação das informações do ETP:

Nome: Juliana Guarinello dos Santos

Cargo: Assistente de Administração VI

Secretaria de Obras

Responsável pela conferência e aprovação do ETP:

Nome: Marcela Gasparetti Lazzarini

Cargo: Assessora de Programação e Acompanhamento

Secretaria de Educação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EA55-2372-B7D6-938E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JULIANA GUARINELLO DOS SANTOS (CPF 809.XXX.XXX-53) em 23/05/2025 14:05:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCELA GASPARETTI LAZZARINI (CPF 514.XXX.XXX-87) em 23/05/2025 14:10:07 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/EA55-2372-B7D6-938E>